

DOIS BRASIS: O DO POVO E O DOS GOLPISTAS



CARAVANA LULA ATRAI MILHARES E CONGRESSO SALVA TEMER 3%

Luta de classe

Campanha pela anulação da reforma trabalhista

pág. 4

Diálogo e Ação Petista

Reuniões dos grupos de base discutem saída para o país

pág. 5

Leilão do Pré-sal

Crime contra a nação brasileira

pág. 8

Venezuela

Hora de responder aos problemas econômicos

pág. 11

Os podres poderes contra a Educação

Judiciário acata pedido do movimento “Escola sem Partido”

Em resposta a ação movida por membros do denominado movimento Escola sem Partido, o desembargador Carlos Moreira Alves Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), de Brasília, emitiu liminar suspendendo o Edital do Enem 2017 na parte em que prevê a nota zero automática para redações com teor desrespeitoso aos direitos humanos. A mudança vem se juntar a outras, como a restrição à isenção de taxa que até 2016 era automática para os egressos das redes públicas de ensino.

Em tese, a prescrição do edital do Enem talvez fosse desnecessária, pois o respeito aos direitos humanos fundamentais já está contemplado

até mesmo na Constituição de 1988, vedada ação atentatória aos mesmos, como afirma o seu Art. 5º. Assim, o entendimento do Judiciário que deruba a proibição de formulações que atentem aos direitos humanos na redação do Enem, proibição válida para qualquer esfera da vida civil, é obviamente inconstitucional.

Salvaguarda do reacionarismo

Com a medida, os concorrentes ao Enem deste ano não zerarão na redação se defenderem, por exemplo, o trabalho escravo, ou a tortura, ou mesmo os que se posicionarem a favor da discriminação de qualquer natureza. Conquistas importantes, mesmo que formais, da civilização,

portanto, saem do rol do patrimônio comum para se tornarem mais uma vez algo aceitável ou apenas objeto do direito a opinião. Trata-se de um retrocesso civilizatório evidente que, na verdade, aceita como um ponto de vista válido a opressão sobre os oprimidos.

Mais grave do que o pedido da Escola sem Partido à Justiça é o acolhimento deste pelo TRF-1. O episódio é mais uma evidência da degenerescência do Poder Judiciário no país, já transformado em instrumento de perseguição das classes dominantes contras as organizações populares e dos trabalhadores, mas que agora se coloca como balcão de homologação das teses mais reacionárias advindas

de organizações de coloração fascistas, como a Escola sem Partido. Foi esse mesmo Judiciário que semanas atrás reintroduziu o ensino confessional na escola pública e, a seguir, se manteve impávido frente à ofensiva contra a liberdade de cátedra e contra o ensino científico em várias Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas (os Projetos de Lei Escola sem Partido).

Com esta decisão sobre o Enem, o Judiciário expressa, mais uma vez, o apodrecimento das instituições no seu conjunto, que estão aí para destruir direitos, conquistas e a civilização.

Eudes Baima

Bancarota das Federais

Universidades estão sendo estranguladas pelo governo Temer

O comprometimento do orçamento, devido a diminuição de repasses, vem causando sucateamento de diversos campi de Universidades Federais pelo país. Matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo (25/10) traz dados estonteantes. Desde que governo golpista assumiu, iniciou-se o contingenciamento de recursos, que já apresentavam queda, para o ensino superior. O volume de investimentos orçados de 2017 de 1,5 bilhão de reais já era de um terço em relação a 2016, e desse volume, só 60 por cento foi liberado até outubro.

Os cortes prejudicam o funcionamento das universidades, pois afetam principalmente os gastos com custeio. “Custeio” é o recurso que é utilizado na manutenção, limpeza e segurança das universidades. Mas além disso, os recursos empregados em pesquisa e expansão também ficam negligenciados, afetando assim a continuidade de pesquisas, projetos e expansão. O investimento nas universidades esse ano, representam 50 por cento do que foi investido em 2014.

A Universidade de Brasília reduziu contratos com limpeza, e retirou ou fez rodízio de itens nas refeições dos alunos, além dos problemas com manutenção de laboratórios e livros. A Federal do Rio de Janeiro perdeu 13% de recursos esse ano e dispensou 50% dos funcionários terceirizados. Na Federal da Paraíba 45 obras estão paralisadas. Em Juiz de Fora (MG) a UFJF não tem dinheiro para obras e a expansão de Bolsas e contratos está vetada. Nessas federais, e em muitas outras, o problema se repete com mais ou menos gravidade.



Federal do PR: obras interrompidas

Queda de 45% das bolsas de estudo

Os estudantes sofrem com os cortes nas bolsas de permanência. A CNPQ já paga aos mestros e doutorados, 45% menos bolsas em 2017 se comparado a 2015! Os Projetos de extensão, e até mesmo os Hospitais Universitários, como os das Universidades Federal de São Paulo e do Rio de Janeiro estão ameaçados pela falta de recursos. Na Federal do Paraná uma importante pesquisa sobre a proliferação do Aedes Egypt foi comprometida.

Temer, enquanto estrangula as universidades federais com um mísero orçamento de 1,5 bilhão de reais, para barrar na Câmara Federal a investigação dos crimes dos quais é denunciado,, gastou nas duas votações 32 bilhões de reais! A continuidade de seu governo golpista só tende a piorar a situação. O que reforça a urgente necessidade do engajamento dos estudantes numa luta em defesa das universidades e da candidatura Lula presidente para retomar os investimentos em educação.

Washington Alves

Juventude Revolução

Plenária nacional decide apoio a Lula Presidente, com Constituinte



Participantes da plenária nacional

Nos dias 21 e 22 a Juventude Revolução realizou em Brasília – DF, a sua Plenária Nacional, que reuniu cerca de 25 coordenadores de núcleos de diversos estados do país, além do Conselho Nacional. A atividade foi totalmente autofinanciada, os delegados fizeram arrecadações nos estados através da venda de materiais e listas de ouro, preservando sua independência política.

Na plenária os militantes da JR puderam abordar a situação do país um ano depois do golpe, constatando o completo apodrecimento das instituições cada dia mais distantes dos interesses do povo, responsáveis pelos problemas específicos que a juventude tem enfrentado como o aumento na violência e no genocídio da juventude, os cortes brutais na educação e o desemprego.

A discussão concluiu pela necessidade de enfrentar as falsas saídas que se apresentam para a juventude (como o crescente apoio a Bolsonaro e ao militarismo entre jovens), apontando como uma única saída a eleição de Lula, do PT para convocar uma constituinte que possa, entre outras coisas, revogar as medidas do governo golpista como a emenda constitucional 95, desmilitarizar a Polícia Militar, legalizar o aborto e abrir caminho para verdadeiras reformas populares.

Para isso, entre as principais decisões da plenária está a de se dirigir amplamente ao conjunto dos jovens, e em particular à juventude do PT, que realizará seu congresso em abril, para cerrar fileiras nesse sentido, reforçando a resistência através de cada luta da juventude por seus direitos nas escolas, nas faculdades e nos bairros.

“Que país é esse?”

Temer insiste em ter 3% de apoio popular. Na Câmara, porém, 52% dos deputados o apóiam contra investigar uma segunda denúncia. No Senado é igual, senão for pior.

3% contra 52%? Que representação do povo é essa no Congresso Nacional?

“Que país é esse”, perguntava a canção lançada em 1987, que começava denunciando “Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado” (Legião Urbana).

Na época eram “300 picaretas, Luis Inácio falou”, segundo outra canção (Paralamas). Hoje, são “300 golpistas”, disse Lula na Caravana.

São eles que mantêm Temer, por enquanto, não tem o que colocar no lugar (o Judiciário acompanha).

Esse Congresso não é cara do Brasil, é a cara repugnante da sua classe dominante.

E não porque o povo “vota errado”. Afinal, por quatro eleições, esse mesmo povo deu a vitória a Lula e Dilma, do PT. O qual nunca passou de 18% na Câmara e, somando a esquerda (num sentido amplo), não dava 25%.

Por que? Um grande problema reside nas regras institucionais da representação, que é desigual, bicameral, individualizada e financiada pelo poder econômico. São coisas que uma reforma política - um eleitor, um voto;

fim do Senado; voto em lista; e financiamento público exclusivo - tem que mudar. Se não, as regras seguirão distorcendo a vontade popular. Um pé-de-chumbo para o PT. Pode ganhar, mas para governar tem que compor com adversários - isso não é democrático!

Por mais que o PT e as forças populares se esforcem - e devem se esforçar ao máximo - esta é a dura realidade do Congresso dominado pela minoria oligárquica.

SÃO AS ATUAIS INSTITUIÇÕES QUE ESTÃO EM JOGO

Agora, o Ibope contratado pelo Globo foi a última pesquisa a reconhecer: Lula lidera para presidente com 35%, na pesquisa espontânea tem mais que todos candidatos somados, ganha no 2o turno, se não levar no 1o turno.

Nós não somos eleitoralistas. Faltam 11 meses para as eleições. Mas temos a dimensão do que significa, após o golpe do impeachment, o PT voltar a passar dos 20% de preferência partidária, e seu candidato, condenado a quase 10 anos de cadeia, liderar a pesquisa! São as atuais instituições que estão em jogo.

A Caravana de Lula em Minas confirma, não é um fenômeno do Nordeste.

A campanha eleitoral começou, de fato. Porque não há outra saída a curto prazo ao desmanche dos golpistas bancado pelo Judiciário, a Presidência e o Congresso, à serviço do capital financeiro. E porque uma crescente massa popular enxerga no perseguido Lula do injustiçado PT, a saída política palpável.

Mas estão mantidas aquelas regras de representação, que fazer?

Buscar compor uma coalizão para ter 51% de parlamentares nas duas casas do Congresso, seria a repetir o erro dos governos anteriores do PT!

É preciso mergulhar a fundo nas lutas de resistência - como o projeto da CUT de anulação da reforma trabalhista -, para tirar daí a força para eleger o máximo de parlamentares e a mais ampla aliança possível com “setores antiimperialistas e radicalmente democráticos” (resolução do 6o Congresso do PT) com um programa: Lula eleito puxar a luta para convocar uma Constituinte exclusiva e soberana que mude as regras do jogo - para aí revogar as contrarreformas dos golpistas, reformar a representação, o judiciário e a mídia, fazer a reforma agrária, auditar a dívida e desmilitarizar a Polícia Militar, entre outras urgências - para que se tenha o Brasil que o povo quer.

DESIGUALDADE 1

Do Jardim Paulista ao Jardim Ângela, 24 anos a menos na expectativa de vida. É o que afirma uma pesquisa publicada pela Folha de SP de 24/10. Segundo os dados de 2016, nos Jardins, bairro nobre da capital paulista, a média é de 79,4 anos - índice similar ao da Dinamarca. Já no bairro pobre da zona sul é de 55,7, comparável ao índice da Nigéria. A pesquisa atribui a diferença à ausência dos serviços públicos e à violência. “Quanto mais acesso à cidade, mais as pessoas vivem”, leia-se acesso à saúde, educação, moradia, saneamento, transporte, emprego, etc. É a negação dos direitos o que salta aos olhos nos resultados.

DESIGUALDADE 2

A mesma pesquisa também mostra que pode variar em quase 17 vezes a chance de um jovem morrer por homicídio de uma região para outra da cidade - questão ligada principalmente às drogas e à violência policial na periferia: “Um jovem de 15 a 29 anos tem 16,6 vezes mais chances de ser assassinado no Brás do que na Vila Matilde. No último a taxa de homicídios juvenil é de 8,03 por 100 mil habitantes, enquanto no Brás é de 133,45”.

DESIGUALDADE 3

Em consonância com o governo Temer, que corta direitos, investimentos públicos, entrega as riquezas nacionais e aprofunda a desigualdade no país, o prefeito Dória (PSDB) já promoveu corte de merenda nas escolas, de medicamentos e diminuição dos horários de atendimento em postos de saúde. Os espaços públicos de São Paulo, a começar pelos parques, começam a ser privatizados. É o que combate a campanha “SP não está à venda”, que busca a realização de um plebiscito sobre as privatizações na cidade.

DESIGUALDADE 4

A contrarreforma da previdência, que o governo golpista quer aprovar esse ano, pode aumentar para 49 anos o tempo de contribuição e 65 anos a idade mínima para a aposentadoria com benefício integral. Mesmo começando a trabalhar com 16 anos e contribuindo os 49, essa média estaria em 10 anos mais que a expectativa de vida de vários bairros de São Paulo, por exemplo. Para milhões de trabalhadores em todo o país a contrarreforma significaria, concretamente, morrer trabalhando!

Memória

CRIADA A COMISSÃO DE FÁBRICA DA VOLKSWAGEN

Em janeiro de 1982, uma edição especial da “Tribuna Metalúrgica” - órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo - anunciava a conquista da Comissão de Fábrica da Ford, com a manchete: Vitória! (...). Agora, no dia 25 de outubro, uma nova edição especial anuncia a formação da Comissão de Fábrica da Volkswagen - a maior empresa da região. (...) Como se recorda, a Volkswagen havia tentado impor uma comissão atrelada à direção da empresa desde o início de 1981, data em que, rejeitando categoricamente esta proposta, os metalúrgicos - através de um plebiscito - impuseram uma derrota aos patrões, lançando um grito de guerra em defesa de uma comissão de fábrica independente.

O Trabalho nº 176 - 28/10/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Anular a “reforma” trabalhista

Em 10 de novembro, CUT e centrais chamam Dia Nacional de Luta

A partir de 11 de novembro, a vida dos trabalhadores brasileiros vai sofrer grandes mudanças a partir da validade da Lei 13.467, da “reforma” trabalhista. Os primeiros efeitos já começam a aparecer (ver abaixo). Nos locais de trabalho, há muita insegurança. E há também revolta com as medidas tomadas por Temer e pelo Congresso. Por isso, cresce o apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) pela anulação da lei 13.467 e da lei da terceirização (13.429).

A entrega das assinaturas ao PLIP, prevista inicialmente para 8 de novembro, deve ser adiada, pois a coleta é trabalhosa e a meta é de 1,5 milhão é alta. No estado de São Paulo há dificuldades, mas a campanha ganhou cidades do interior.

Em 10 de novembro, a CUT e outras centrais convocam um Dia Nacional de Luta em defesa dos direitos contra a “reforma”, com atos nas capitais e grandes cidades.



Coleta de assinaturas na fábrica Johnson de Sorocaba

Coleta em São Paulo

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, por exemplo, percorreu agências bancárias e colheu assinaturas de bancários e clientes. Em Sorocaba, Paula Vianna, diretora do Sindicato

do Vestuário que também participa da campanha, afirma: “notei que os trabalhadores estão com medo de perder os direitos, muitos estão nos procurando para assinar e até pedem para levar para casa para coletar as assinaturas na

família e vizinhos” (site do SMetal).

No ABC, o Sindicato dos Metalúrgicos faz a campanha dentro das fábricas para que os trabalhadores possam assinar. É o mesmo em Ribeirão Preto, Sorocaba, Jundiaí e Presidente Prudente. Já em Campinas, Osasco e outras cidades, os sindicatos montam bancas no centro da cidade, como o Sindicato da Alimentação fez em Mogi Mirim.

Na Paraíba

Em João Pessoa, houve coleta na Feira de Oitizeiro, tradicional na cidade. Um dos companheiros que participou da atividade usava uma camiseta do PT e afirma que a recepção do povo foi “encantadora”. “Eu falava sobre a abaixo-assinado e o pessoal queria saber se Lula seria presidente. O PLIP nos aproxima do povo que reage aos ataques do governo golpista de Temer.”

Priscilla Chandretti

O combate à reforma nas campanhas salariais

Sindicatos lutam para impedir efeitos negativos e obter garantias

Para os trabalhadores que têm data-base no 2º semestre - na qual são negociados reajustes e se renovam as cláusulas de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre profissionais e empresa, ou de uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) entre os profissionais e a representação patronal de um setor econômico - as mudanças provocadas pela Lei 13.467 já têm sido motivo de luta.

Segundo o DIEESE, um levantamento feito com os instrumentos coletivos (ACTs e CCTs) firmados só entre julho e agosto revela que houve 45 documentos com menções expressas a estas mudanças, para o bem ou para o mal. Em alguns casos, os patrões tentam tirar garantias já presentes nos acordos para poder passar livremente os prejuízos da reforma.

É o caso de cláusulas que dizem respeito à assistência sindical em homologação da demissão. Pela legislação anterior, trabalhadores com mais de um ano de contrato na empresa tinham direito ao acompanhamento que verificava se os direitos trabalhistas e as verbas rescisórias estavam quites. Pela reforma, a homologação pode ser feita no RH da empresa. Como várias convenções coletivas, no entanto, estipulavam que a homologação deveria ser feita naquele sindicato, com acréscimos ao que a CLT dizia, esse é um dos pontos que os empresários têm atacado.

Os trabalhadores, em contrapartida, têm buscado conquistar novas cláusulas. As pautas de reivindicações abordam diferentes pontos, como a limita-

ção ou impedimento da terceirização, da contratação por regime intermitente, ou do banco de horas individual.

Metalúrgicos de Sorocaba

Uma das primeiras categorias a conquistar um acordo coletivo que aborda a reforma e a lei das terceirizações foi a dos 2 mil trabalhadores da Toyota em Sorocaba, no início de outubro. Por ele, se a empresa quiser terceirizar qualquer setor, vai ter de negociar com a categoria, que tem de aprovar a proposta antes de qualquer implantação, o que é uma trava. O ACT também impede outras mudanças, como a proteção às gestantes. O Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região também está divulgando a campanha do PLIP nas fábricas.

Campanha estadual dos metalúrgicos em São Paulo

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM) também conquistou, no final do mês, convenções coletivas com 8 setores da indústria, que mantêm as conquistas das CCTs passadas e que instituem uma cláusula de salvaguarda contra a reforma trabalhista. Por ela, qualquer intenção de aplicar condições mais prejudiciais aos trabalhadores, em decorrência da vigência da nova lei, deve ser levada à mesa de negociação coletiva.

Nos setores industriais que não avançaram nesta cláusula ou que pretendem tirar direitos dos trabalhadores, a estratégia é a de buscar acordos por empresas, inclusive com greve se necessário.

Foi o que aconteceu nas fábricas Magna Cosma e ZF, em São Bernardo, e na Belden, em Diadema, com paralisação no dia 26. Na Magna Cosma, saiu o acordo. Outras 62 empresas só na região do ABC assinaram com o sindicato.

Prejuízos já começam a aparecer

Um dos pontos mais perversos da Lei 13.467 é o chamado trabalho intermitente. Com ele, a empresa pode contratar um trabalhador, com registro em carteira, e mesmo assim não lhe pagar nada por vários períodos. Por este artigo da reforma, quem for contratado dessa maneira não precisa ser chamado para trabalhar quando não for do interesse da empresa, e não recebe.

Vagas como essa já começaram a aparecer em sites de emprego e anúncios em jornais e revistas. Um anúncio de Vitória (ES) oferece vagas para trabalhar por 5 horas só aos finais de semanas, recebendo R\$ 4,45 a hora (foto). O trabalhador contratado vai terminar o mês com o salário de R\$ 200,00!

Em Vinhedo (SP), a Unilever terminou o mês de setembro demitindo 130 funcionários dos setores de mecânica, de logística e de processos, para substituí-los por trabalhadores terceirizados. O Sindicato dos Químicos da região, filiado à

Intersindical, tomou a atitude correta de chamar os trabalhadores para a greve. A paralisação durou 19 dias, e precisou enfrentar repressão do Judiciário e da PM. Os dirigentes sindicais denunciam que os demitidos tinham média salarial de R\$ 4.000,00 e os terceirizados têm média de R\$ 1.200,00.

Esses eram os empregos que o governo Temer e o Congresso Nacional prometiam que a reforma ia gerar!

P.C

SAIBA MAIS

Vagas já abertas

GRUPO SÁ CAVALCANTE

> SÃO 70 VAGAS para trabalho intermitente, ou seja, com remuneração por hora, nas lojas do Bob's, Spoleto, Balada Mix e Choe's Oriental Gourmet da Grande Vitória.

> O SALÁRIO é de R\$ 4,45 por hora. A jornada é de 5 horas nos sábados e domingos, dias com mais movimento e que precisam de pessoal extra.

> PARA SE CANDIDATAR, é preciso enviar currículo para safranquias@gmail.com com o assunto "ATD HORISTA" até sexta-feira.

EMBALE

"NUNCA O PT FOI TÃO NECESSÁRIO COMO AGORA!"

Grupos de base do DAP discutem resultado do Encontro Nacional

O 7º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista (ENDAP), realizado nos dias 7 e 8 de outubro em São Paulo, já traz consequências muito positivas. Em vários estados, os grupos de base do DAP estão se reunindo e reafirmando a luta pela reconstrução do PT.

Numa situação de regressão econômica, social e política sem precedentes, empreendida pelos golpistas a serviço dos interesses imperialistas, ressalta o que afirmou o Manifesto do Endap: nunca o PT foi tão necessário como agora!

A cada dia, mais e mais militantes se integram ao combate. Eleição sem Lula é fraude! Lula Presidente com uma Constituinte para fazer as reformas que interessam aos trabalhadores!



Em Volta Redonda, DAP colhe assinaturas contra a reforma trabalhista

Volta Redonda e Barra Mansa (RJ)

O grupo de base do DAP do Sul fluminense reuniu-se em 24 de outubro, em Volta Redonda. O companheiro Jeffei, um dos dois delegados da região ao Endap, apresentou o Manifesto.

O presidente do Sindicato da Construção Civil do Sul Fluminense, Sebastião Paulo, reforçou em sua fala "a importância de agirmos como o PT agia. Ficamos muito atrelados a mandatos. O DAP tem dado esse fôlego aqui em Volta Redonda e isso é importante".

A reunião decidiu fazer duas atividades de rua, uma em Barra Mansa e outra em Volta Redonda, para coletar assinaturas ao projeto de anulação da reforma trabalhista.

As atividades tiveram boa recepção. Foram colhidas muitas assinaturas. Em Volta Redonda, um trabalhador da Brasfel - estaleiro em Angra dos Reis - assinou e reforçou que "eleição sem Lula é fraude".

Em Pernambuco, três reuniões

Em Pernambuco foram realizadas três reuniões. Em Jaboatão (21 de outubro), Lagoa do Itaenga (28 de outubro) e Grava-



Reunião do DAP em Jaboatão: eleição sem Lula é fraude!

tá (29 de outubro). As reuniões discutiram o Manifesto do Encontro Nacional do DAP, a coleta de assinaturas ao projeto de lei de iniciativa popular contra a reforma trabalhista, a campanha de filiação ao PT e a solidificação da campanha Lula Presidente, além de questões locais.

Foram também tratadas questões organizativas, principalmente finanças, com a manutenção do "cafezinho" (contribuição mensal de cada militante).

Em Jaboatão, a discussão sobre as eleições mereceu a citação do Manifesto do Endap feita pela companheira Irani: "Façamos uma campanha militante, autofinanciada e apaixonada, pavimentando o caminho de reconstrução do PT".

Juiz de Fora (MG) discute caravana Lula

O grupo de base do DAP de Juiz de Fora (MG) reuniu-se em 18 de outubro, com a presença de militantes de vários movimentos sociais e sindicatos. Em pauta, entre outras questões, a participação na caravana de Lula por Minas Gerais.

Gilson Lyrio, que no 7º Endap foi eleito membro do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, fez um relato do encontro, ressaltando a experiência venezuelana, exposta pelo deputado constituinte Raúl Ordóñez, e a fala da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, que valorizou as resoluções do 6º Congresso.

Lyrio, reforçando o Manifesto ressaltou que diante da situação difícil no Brasil, existe uma saída: Lula Presidente com uma Constituinte para revogar as medidas dos golpistas.

A política de alianças foi um tema central, a resolução de não se aliar a partidos golpistas é uma preocupação para todos os militantes da base do PT. Um companheiro foi designado para coordenar a comunicação do grupo de base e outro para as finanças. Também na pauta a coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular pela revogação da reforma trabalhista.

A reunião aprovou a ida de militantes

do DAP à Belo Horizonte no dia 30 de outubro, quando da passagem da Caravana Lula, articulando um ônibus para Juiz de Fora e região, com faixas do DAP: Eleição sem Lula é fraude e Lula Presidente Com Constituinte para anular as contrarreformas.

Ceará prepara encontro estadual

O Diálogo e Ação Petista do Ceará reuniu-se em 19 de outubro, na sede do PT em Fortaleza, com a presença de militantes da capital, Crateús, Sobral e Limoeiro do Norte.

A partir da discussão do Manifesto do 7º Endap, foram aprovados vários encaminhamentos, como a organização da campanha de filiação ao PT, a realização de mutirões de coleta de assinaturas ao projeto de lei de iniciativa popular contra a reforma trabalhista e agendamento das reuniões dos grupos de base do DAP.

Ainda em novembro, deverão se reunir os grupos de base dos servidores da Universidade Federal do Ceará e dos servidores municipais e estaduais de Fortaleza; estão definidas também as reuniões dos grupos de base de Crateús, Sobral, Pentecoste e Limoeiro do Norte.

Essas reuniões ajudarão a preparar o Encontro Estadual do DAP, previsto para 2 de dezembro, em Fortaleza.



Em Juiz de Fora, DAP prepara participação na caravana Lula

NOVA CONTA DO DAP

Informamos a nova conta bancária para depósitos das contribuições:

Caixa Econômica Federal
Agência 2842
Operação 013
Conta poupança 13833-4
CPF 94961344087
Em nome de André Rota Sena

Sarandi (PR): manter vivo o grupo de base

O DAP realizou uma reunião em Sarandi, norte do Paraná, em 27 de outubro. Embora o grupo de base tenha eleito delegados ao 7º Encontro Nacional do DAP e tenha feito arrecadação para custear a viagem, problemas organizativos impediram a participação.

Daí a importância da conclusão da reunião: manter vivo o grupo de base do DAP de Sarandi, animados pelo Manifesto do Endap. Foi registrado que o PT tem adotado resoluções políticas que apontam na direção certa e ajudam a armar os petistas, mas que ainda estamos muito longe do que fomos um dia em termos de organização prática da luta.

Nesse sentido, foi destacada a importância do DAP manter reuniões regulares. Os militantes dispuseram-se a contribuir mensalmente e a agir dentro do PT para discutir e organizar as lutas, tanto as gerais quanto as específicas de Sarandi, como a reestatização da coleta do lixo.

Outras três reuniões de grupos de base deverão ser realizadas no Paraná em novembro: Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais. Serão preparadas a partir de uma reunião dos delegados que participaram do 7º Endap.



LIBERDADE PARA VACCARI!

Em 30 de outubro, na sede do DN PT em São Paulo, ato em solidariedade ao companheiro João Vaccari, por ocasião de seu aniversário. Apesar de absolvido pelo Tribunal Federal Regional (TRF) 4 das condenações do juiz Moro, ele continua preso em Curitiba. Ao fundo, faixa do Diálogo e Ação Petista: "Em defesa do PT, liberdade para o companheiro Vaccari".

Lula candidato, mesmo no “pior cenário”

É o que explica parecer jurídico discutido na Executiva do PT

A mídia fez que não viu o parecer jurídico do professor da Universidade Federal do Paraná, Luiz Fernando Casagrande Pereira, divulgado pelo líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ), no dia 16, e debatido na Executiva do partido, dia 20, junto com uma pesquisa apresentada pelo diretor do instituto Vox Populi, Marcos Coimbra. As informações são bem animadoras.

Mesmo no “pior dos cenários”, que seria a condenação judicial de Lula em segunda instância, se a condenação do juiz Sergio Moro vier a ser confirmada

pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), e mesmo que ela seja referendada pela Corte Suprema, ainda assim, a impugnação de Lula só poderia ser requerida a partir do registro de sua candidatura, que deve ocorrer no dia 15 de agosto do próximo ano.

“Pede-se o registro, e começa a campanha de 45 dias. Dia 25 começa, inclusive, o programa eleitoral. Lula pode se registrar e ir para a campanha, independente de condenação”, detalha o líder do PT no Senado. Requerida a impugnação, a defesa do ex-presidente teria até 12 de setembro

para se manifestar, quando então sairia decisão do Tribunal Superior Eleitoral. “De 15 de agosto a 12 de setembro, Lula estará fazendo campanha pelo país inteiro”, frisa Lindbergh. “Se, no dia 12, a Justiça disser que está impugnada, temos dois caminhos: um é trocar a candidatura e o outro, que é o que vai acontecer, é fazer um recurso ao Supremo, que não vai ser julgado em setembro”, analisa.

Dados os prazos dos processos, a decisão final do Supremo só viria depois das eleições, e, se vencida por Lula, este viria “com muita legitimida-

de das urnas. Duvido muito, sinceramente, que depois da vitória eleitoral de uma candidatura como a do Lula, o Supremo, depois da eleição, decida que o processo está impugnado, e convoque novas eleições em 90 dias”, diz o senador.

“Lula é candidato, tem 35% das intenções de voto nas pesquisas, sem falar nada, só apanhando. Imagine o Lula na televisão dizendo o que vai fazer, o que já fez. Por mais que queiram, não vão conseguir impedir Lula de ser candidato”.

Markus Sokol

O PT de volta no colo dos Renan!?

Desastrosa decisão da Executiva Estadual de Alagoas reabre polêmica

Por 9 votos contra 6, a Executiva Estadual do PT decidiu “autorizar imediatamente as negociações para o retorno ao governo de Renan Filho”. Essa tentativa de acordo com Renan Calheiros pai (senador PMDB) vinha sendo costurada há alguns meses, como filtrou a imprensa local, sem discussão com a militância.

Na Executiva, o CNB do deputado federal Paulão ficou isolado, já que os membros do DAP, DS, EPS e AE, votaram contra. Um dirigente da CNB explicou que era para “negociar o apoio às nossas candidaturas”. O que seria a volta das “negociatas” com partidos adversários em troca de “apoios” desmoralizantes.

A decisão da Executiva Estadual fere a resolução aprovada no 6º Congresso Nacional, em junho deste ano, que decidiu por uma “política de alianças apenas com setores antiimperialistas, antimonopolistas, antilatifundiários e radicalmente democráticos”. Para Luiz Gomes, sindicalista docente e membro da Executiva, “os Renan, pai e filho, não se encaixam em nenhum dos termos dessa resolução. Além do que, apoiaram o ‘radicalmente’ anti-democrático golpe do impeachment!”.

A Executiva também extrapola a sua competência, pois o Estatuto do PT estabelece que uma decisão dessa importância deveria ser discutida pelo Diretório Estadual.

Risco de afastar o PT da base social

Um manifesto impulsionado pelos militantes do DAP, aonde O Trabalho participa, recolheu rapidamente mais de 100 adesões contrárias a volta do PT ao governo. Nele, militantes de todas as forças, principalmente sindicalistas da CNB, exigem o direito democrático



Renan, pai e filho

de a base ser ouvida num encontro extraordinário do PT de Alagoas. A nota diz ainda que “as atitudes concretas do governo Renan Filho contra a base social que o PT pretende representar, o desmonte dos serviços públicos e da Casal (empresa estadual de água e saneamento), o genocídio contra a juventude da periferia, só trarão prejuízo ao processo de reconstrução do nosso partido e o afastarão de suas bases sociais”.

O presidente do PT-AL, Ricardo Barbosa, argumenta com o “afastamento de importantes lideranças do governo de Temer e dos golpistas. O senador Renan fez um movimento nesse sentido, o que abriu a possibilidade da reaproximação”. A decisão, segundo ele, teria sido precedida de uma reunião com o ex-presidente Lula, onde “ele sinalizou que via com simpatia a idéia” (FSP, 31/10).

Lula pode falar pela própria boca. A coalizão golpista está mesmo em crise. Se há golpistas arrependidos e,

entre eles, até quem defenda o direito de candidatura de Lula, melhor. Mas recompor “aliança” para governar com Renan é outra coisa. É começar a retomar as mesmas alianças escusas que sujaram e paralisaram a iniciativa social do PT nos governos Lula e Dilma, facilitando depois o impeachment. A imprensa já especula a respeito de alianças com setores do PMDB deste mesmo tipo antipopular, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

Agora que o PT volta a encarnar a esperança de milhões de brasileiros nas pesquisas, ainda mais no Nordeste com a caravana de Lula, em que ajuda esse passo atrás em Alagoas, um ano após o PT ter saído do governo de Renan Filho? Seria um desastre.

Agora, a luta prossegue por uma reunião de urgência do Diretório Estadual, para convocar um encontro extraordinário onde a base seja ouvida.

J.A.L.

Setoriais Nacionais se renovam

No dia 22 terminaram os Encontros de renovação dos Setoriais Nacionais (o de Mulheres foi dia 7), com cerca de 2 mil delegados no total, eleitos por 20 mil filiados, segundo informe à CEN.

Vários Secretários (com assento na CEN) e Coordenadores eleitos, são quadros representativos - como o deputado Patrus no Agrário, Paulão Cayres da CNM no Sindical ou o ex-deputado Adriano nos Direitos Humanos - a maioria da corrente CNB. Com maior participação, parece a retomada dos fóruns que deveriam ligar a militância nos movimentos populares, como parte da reconstrução do PT.

Não sem problemas, pois o dito “processo eleitoral direto”, PED, com seus métodos, ainda não foi abolido.

Caso extremo, o Amapá veio com 40 de todos os 190 delegados do Setorial Cultura! Na CEN da véspera, um bloco CNB-MPT-Optei derrotou o recurso do Muda PT (com voto do DAP) da eleição “em massa” no Amapá sem debate pelas regras etc., tal como num PED. Mas, na última hora, no Setorial de Cultura, manipulados, esses 40 giraram e derrotaram o candidato CNB, em favor de um do Muda PT..

O que ilustra o balanço do 6º Congresso, onde um passo foi dado na política, mas não terminou com graves problemas, inclusive de degeneração.

Por isso, a atuação dos 20 delegados do DAP em quatro Setoriais - Sindical, Contra o Racismo, DH e Cultura - se concentrou na política, nas conquistas do 6º Congresso, como a bandeira da Constituinte, além de questões próprias destas áreas, frente ao “mutismo” (até ausência de textos) dos que só disputavam cargos.

“Não conseguem me parar nas urnas, vão tentar através da Justiça”

Na Caravana em Minas, Lula denuncia perseguição da Lava Jato e reafirma que vai resistir



Em Governador Valadares Lula dá a palavra a um pescador

A caravana de Lula por Minas Gerais comprovou, uma vez mais, o apoio popular à sua volta à presidência, como expressão da vontade de recuperar o que foi retirado pelo governo golpista e também conseguir novas conquistas. Este era o tom das falas dos populares aos quais, nesta caravana, Lula abriu o microfone.

Lula começou a caravana no dia 23 de outubro, em Ipatinga, no Vale do Aço. Percorreu mais 18 cidades do norte do estado, Vales do Mucuri e Jequitinhonha, e terminou em Belo Horizonte, no

dia 30 de outubro, num grande ato na praça da Estação (ver abaixo).

Em seus discursos, Lula seguiu denunciando a retirada de direitos, “estão destruindo a CLT conquistada desde 1943”. Em Teófilo Otoni, Lula denunciou os votos

comprados por Temer para se safar de investigação, e completou: “o programa luz para todos custou \$20 bilhões, ele gasta \$32 para comprar 200 e poucos deputados enquanto 97% não querem Temer”. Voltando o microfone para os manifestantes que lotavam a praça, perguntou: “O que o povo quer? Gritem aí”. “Fora Temer!” foi a resposta uníssona.

A defesa da soberania nacional “aqui, nessa riqueza nenhum grupo vai colocar a mão. É nossa”, foi outro tema recorrente nos discursos de Lula, assim

como a denúncia do verdadeiro objetivo da operação Lava Jato: “eles não conseguem me parar através das urnas, vão tentar me parar através da Justiça”.

Partido dos Trabalhadores

Uma marca particular nesta caravana foi a forte presença do PT. Bandeiras, camisetas e bonés com a estrela tomavam as praças. Na cidade de Itinga, por exemplo, o apresentador do ato chamava as pessoas a se filiarem ao PT na barraca “Dona Marisa Letícia”. A afirmação e defesa do PT foi uma constante também nos discursos de Lula. Em Salinas, ele deu o microfone para “a militante petista mais velha da cidade”, Maria Ferreira da Costa, de 90 anos. Foi em Salinas também que Lula afirmou: “Enquanto o Partido dos Trabalha-

dores existir, vai brigar com unhas e dentes para que ninguém jogue a culpa da crise econômica desse país em cima do trabalhador.”

Esta caravana de Minas, como já havia comprovado a do Nordeste, consolidou, na ampla adesão, na garra e na esperança que a população demonstra, aquilo que todas as pesquisas registram: para a maioria oprimida um novo governo Lula que represente seus interesses é a saída e o PT seu instrumento para a luta.

Misa Boito



Lula e dona Maria em Salinas

Encerramento em BH

Ato na Praça da Estação foi a última atividade da Caravana de Lula

Lula encerrou a caravana na capital mineira, Belo Horizonte, na Praça da Estação num ato com cerca de 20 mil pessoas. Militantes do movimento popular, sindical e, principalmente do PT, garantiram o fechamento exitoso da caravana. Diretórios municipais e militantes se organizaram espontaneamente, sem qualquer ajuda financeira das direções estadual e nacional, para estarem presentes em Belo Horizonte.

Militantes do Diálogo e Ação Petista – DAP/MG, também estiveram presentes empunhando as palavras de ordem aprovadas no 6º Congresso do PT e no 7º ENDAP: “Eleição sem LULA é fraude” e, no verso, “Para revogar as privatizações LULA Presidente com Constituinte”. A região da Zona Mata participou com a vinda de 3 transportes (ônibus, van e micro-ônibus) trazendo militantes de Juiz de Fora e Santos Dumont, entre eles cerca de 30 militantes do DAP que se juntaram à delegação de BH, além de militantes da Juventude Revolução.

Manifestação de golpistas fracassa

Em Belo Horizonte, a direita golpista tentou mostrar força chamando um ato na Praça 7, outro local de manifestações. Um fiasco. Não passavam de



Delegação do DAP em Belo Horizonte

10 e não conseguirem se instalar pois correram dos militantes do movimento popular e sindical, que ali estavam para “recepcioná-los”.

Depois que os militantes foram para o ato da Praça da Estação voltaram para fazer uma pífia manifestação.

“Lula com Constituinte”

O ato na Praça da Estação contou com a presença das lideranças do movimento sindical (CUT e CTB), do movimento popular, do PCdoB, de organizações de juventude, e de dirigentes e parlamentares do PT de todos os níveis e do governador Fernando Pimentel (PT), e a companheira Dilma

- aclamada como senadora por Minas Gerais - e o senador Lindbergh Faria.

O único vereador a falar, além de Arnaldo Godoy, presidente do PT de BH, foi Betão de Juiz de Fora e membro do DAP, antes do início oficial do ato. Ele destacou a importância da candidatura de Lula para reverter as medidas golpistas, avançar nas demais reformas necessárias, o que só será possível através da convocação de uma Constituinte Soberana, e ressaltou que uma eleição que Lula não possa concorrer é fraude.

Os demais oradores destacaram a importância da resistência popular ao golpe, o papel do Judiciário participando ativamente desse golpe.

O senador Lindbergh tentando resgatar a história desde Getúlio Vargas, teve a infelicidade de saudar Tancredo Neves como um combatente da história contra os golpes no Brasil. Foi vaiado, mas ainda assim insistiu em sua avaliação. O que o senador se esqueceu é que Tancredo Neves não só defendeu o parlamentarismo como parte de uma tentativa de usurpar o poder de João Goulart, sendo primeiro-ministro em 1963, como aceitou, em oposição ao movimento da “Diretas Já” na década de 80, participar e promover a eleição para presidente de forma indireta, a

partir do Colégio Eleitoral, do qual o PT não participou.

O encerramento de Lula

Encerrando a caravana, o companheiro Lula reconheceu e agradeceu o papel dos dirigentes e militantes do PT em Minas Gerais, denunciou o golpe e seu conteúdo antinacional e, se referindo a descoberta e os investimentos realizados para extração do Pré-sal, afirmou que esse fato precipitou o golpe por que atacou os interesses das empresas estrangeiras e do capital financeiro e reafirmou o seu compromisso em reverter as medidas golpistas, através da convocação de um plebiscito revogatório.

Sobre a Lava Jato, Lula destacou que é falso que ela queira combater a corrupção, que seu objetivo maior é perseguir o PT e tentar impedir a sua volta ao governo.

A única coisa que causou estranheza aos militantes que se aglomeravam para ouvi-lo, foi quando ao lembrar os demais golpes que ocorreram no Brasil, disse “estou perdendo os golpistas desse país”. Tal afirmação não passou despercebido pela grande imprensa, que destacou apenas isso de seu longo discurso!

Sumara Ribeiro e Gilson Lyrio

Mais um crime dos golpistas contra a nação

Com leilão do Pré-sal e novas medidas, governo entrega riquezas nacionais

No dia 27/10 foi realizado (sob protestos e liminares judiciais) o leilão de áreas do Pré-sal das bacias de Campos e Santos. O total arrecadado foi R\$ 6,1 bilhões; ou seja, R\$ 1,6 bilhões a menos do que o esperado pelo governo – pois as multinacionais que ganharam o leilão pagaram uma pechincha.

Um único poço do Pré-sal é capaz de produzir 40 mil barris/dia de petróleo de altíssima qualidade. Ao todo, as áreas leiloadas contêm 12 bilhões de barris de petróleo. Mesmo com o atual preço do barril (em quase R\$ 200) estando em baixa – e devendo voltar a subir nos próximos anos –, isso significa um total de R\$ 2,4 trilhões. Ou seja, 40% do PIB brasileiro de 2016.

Festa das multis, com volta dos EUA

O grosso das áreas foi abocanhado por multinacionais como a (anglo-holandesa) Shell, a (francesa) Total, a (inglesa) BP e a (norte-americana) ExxonMobil. Note-se aí que, pela primeira vez, os EUA participam de um leilão do Pré-sal. Eles vinham boicotando, pois recusavam a lei da partilha, aprovada por Lula em 2010.

Tal lei obrigava que a Petrobras tivesse no mínimo 30% de participação nos consórcios (de investimento) vencedores dos leilões; obrigava também a Petrobrás ser a operadora única nos campos (só ela poderia conduzir e executar, direta ou indiretamente, toda e qualquer atividade de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção). Era obrigatório também a política de conteúdo local – que fazia a Petro-



Rio de Janeiro 27 de outubro: leilão de doação do Pré-sal às multinacionais

brás contratar (e comprar mais de) empresas fornecedoras nacionais, como estaleiros, construção civil etc.

Tudo isso foi derrubado com a aprovação, em 2016 do projeto do senador Serra (PSDB). Foi para isso, sobretudo, que eles encabeçaram o golpe. Afinal, Serra, então candidato à presidência, havia prometido à embaixadora dos EUA em 2010, que derrubaria tal lei assim que voltasse ao poder.

Mas uma outra parte da lei do Pré-sal de Lula ainda não foi derrubada: o regime de partilha, que obriga os concessionários remunerarem o governo com uma parcela do chamado óleo-lucro (volume que sobra após o desconto dos barris equivalentes aos custos do projeto). Assim, ganha o leilão o consórcio que oferecer maior remuneração (volume) ao governo. Ademais, a partilha obriga que a

renda em royalties a ser recebida pelo governo seja obrigatoriamente destinada a um Fundo Social a ser gasto em Saúde e Educação.

Temer e Maia entreguistas

Agora, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já anuncia a intenção de acabar com o regime de partilha em si. Ele pretende aprovar lei que retornaria ao regime de concessão (a empresa vencedora do leilão não precisa mais remunerar o governo), como era na época de FHC, quando este acabou com o monopólio estatal (da Petrobrás) do petróleo.

Ao mesmo tempo, uma Medida Provisória (795) de Temer tramita à toque de caixa. Ela reduz os tributos de empresas estrangeiras envolvidas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. O estado perderá já em

2018, R\$ 16,4 bilhões com tal renúncia fiscal. Mas a partir de 2022 (com as isenções crescentes), deixaremos de arrecadar cerca de 1 trilhão por ano em tributos na área do petróleo.

Trata-se de um pacote de isenções de impostos jamais visto, tornado o Brasil o país com uma das menores taxas de participação na renda da extração de suas riquezas naturais. Hoje, o estado brasileiro recebe cerca de 60% do lucro de cada barril produzido. Com a MP de Temer passará a receber 40%. A China recebe 74%; os Estados Unidos, 67%; a Rússia, 66%, e o Reino Unido, 63%.

Ou seja, menos dinheiro das riquezas do Brasil para os serviços sociais de Saúde, Educação, Transportes etc. ao povo brasileiro. Mais lucros às gigantes estrangeiras do petróleo.

Fim do conteúdo local: menos empregos

A política de conteúdo local também acabará. A MP dá incentivo fiscal para a importação de máquinas e equipamentos para a exploração, bem como materiais para a embalagem do óleo. Um estudo da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) mostra que para cada R\$ 1 bilhão investido na exploração e produção de petróleo e gás, o PIB tem crescido quase R\$ 1,6 bi. Os 0,6 bi gerados a mais são o efeito dominó da cadeia do petróleo. Isso significa 1.532 empregos. Sem conteúdo local: só R\$ 0,04 bi serão gerados a mais para o PIB, ou seja, cerca de 100 empregos.

Alberto Handfas

Não à extradição de Cesare Battisti!

Perseguição do governo italiano espera contar com apoio do governo golpista de Temer

Com o golpe do impeachment, a diplomacia italiana encontrou terreno para tentar levar Cesare Battisti para a Itália.

Inocente dos crimes que lhe foram imputados na Itália nos anos de chumbo (1970), ele foi condenado à revelia.

Battisti chegou ao Brasil em 2004. Perseguido pela Itália, foi preso em 2007. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como atribuição da presidência da República decidir sobre sua extradição. Em 31/12/2010 o presidente Lula negou a extradição e permitiu sua integração no Brasil como imigrante (não refugiado, nem asilado).

Tratativas clandestinas

Notícia do Jornal O Globo revelou que as diplomacias italianas e

brasileiras estavam em tratativas clandestinas sobre a extradição de Battisti. Rapidamente o chanceler golpista, Aluysio Nunes, desmentiu. O embaixador italiano, Antonio Bernardini, disse que estavam “colaborando” com o “governo” brasileiro, e Temer disse que poderia assinar a extradição após a decisão do STF.

Battisti não pode mais ser extraditado. Tem direitos adquiridos, documentos de permanência (RNE), trabalho, casa, família e filho brasileiro. Constitucionalmente, o período de contestar a extradição é limitado a cinco anos, já se passaram sete. Ele pode entrar e sair do Brasil como qualquer estrangeiro imigrante. E, embora tenham ar-

mado uma cilada para ele em Corumbá (MS), dificilmente poderão condená-lo por tentativa de evasão de divisas. Os 23 mil reais encontrados com Battisti e seus dois amigos, perto da divisa com a Bolívia, não ultrapassam o limite com que cada um poderia atravessar a fronteira. Só acima de R\$10 mil é preciso declarar à Receita Federal.

A luta organizada pelo Comitê de Defesa de Cesare Battisti, composto por membros de diversos partidos e movimentos sociais, sindicais e de direitos humanos, e com seus advogados, tem conseguido resultados positivos. Em 24 de outubro houve dois julgamentos favoráveis a ele. Em relação à acusação de evasão de divisa, o TRF da 3ª Região

confirmou, por três votos a zero, o Habeas Corpus que mantém Battisti em liberdade. No STF, o relator Fux transformou o pedido de Habeas Corpus em Reclamação de direitos adquiridos, o que torna impossível qualquer investida contra Battisti até novo julgamento na 1ª Turma. Se houver respeito à Constituição só caberá reconhecer que a extradição, negada por Lula, continua vigorando. Portanto, Temer não pode assinar nada e a Itália não poderá contar com o aparato institucional (Polícia Federal, juízes, etc) para novo sequestro.

Vamos continuar lutando por Battisti Livre!

Silvana Barolo

Temer gasta R\$ 32 bilhões para se safar

Golpista consegue suspender investigações, mas o governo se arrasta em meio à crise das instituições

O golpista Temer gastou, segundo cálculos da imprensa, mais de R\$ 32 bilhões para se manter no poder. São recursos que deveriam ser aplicados em benefício do povo, mas vão parar nas mãos de parlamentares e grupos políticos amigos. Assim, conseguiu pela segunda vez suspender a investigação de denúncias que pesam contra ele.

O resultado da votação na Câmara dos Deputados, no dia 25 de outubro, não foi surpreendente. Os picaretas que ficaram a favor de Temer dessa vez somaram 251 votos – haviam sido 263 na primeira denúncia, em agosto. Acrescente-se que, desde 29 de junho, Temer reuniu-se com

pelo menos 217 deputados. Não é difícil imaginar o que discutiram.

As denúncias contra Temer são de corrupção passiva, propinas, participação em organização criminosa e obstrução de justiça. Para se livrar delas, o golpista perdoou R\$ 17 bilhões de dívidas dos ruralistas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e abriu mão de R\$ 6,4 bilhões do Refis (programa de regularização de débitos com o governo federal), entre outras medidas.

O total empenhado pelo governo para emendas individuais dos parlamentares é estimado em R\$ 4,2 bilhões, apenas no período desde a primeira denúncia.

Fosso aprofundado

Com essa negociata, aprofunda-se o fosso, que já era imenso, entre as instituições políticas podres e o Brasil real, no qual os trabalhadores e o povo enfrentam dificuldades cada vez maiores para viver.

De outro lado, não se pode dizer que Temer 3% tenha sido exatamente vitorioso. O governo se arrasta, ainda que continue golpeando, como na entrega do pré-sal (leia na pág. 8). E os recursos para comprar votos não são infinitos.

Outro golpista, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), avaliou: “Diante da situação, não foi um resultado ruim. Isso não significa que o governo tenha força para votações futuras. Daqui para a frente, qualquer matéria polêmica vai precisar de uma reorganização da base”. (Folha de S. Paulo, 27/10).

Cláudio Soares

MADURO: FORA TEMER!

O governo golpista, juntamente com os de outros países que formam o chamado “Grupo de Lima”, não reconheceu os resultados das eleições regionais na Venezuela e pediu uma auditoria do pleito. Recebeu resposta à altura do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, que declarou em 19 de outubro: “Sai o presidente não eleito do Brasil a dizer que vai liderar uma auditoria internacional contra o processo eleitoral. Tem moral o presidente golpista do Brasil para vir auditar o processo eleitoral da Venezuela? Daqui da Venezuela, dizemos: Fora, Temer!”

BATE-BOCA NO STF

A sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 26 de outubro teve atração extra. Um dos ministros, Luís Roberto Barroso, acusou outro, Gilmar Mendes, de ter “parceria” com “a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco”. Em meio a um bate-boca, afirmou também: “Vossa Excelência muda a jurisprudência de acordo com o réu. Isso não é Estado de Direito, é estado de compadrio. Juiz não pode ter correligionário”.

Tentando parar a discussão, a titubeante presidente do Supremo, Cármen Lúcia, suplicou que voltassem à pauta, mas logo encerrou a sessão. E todos foram para casa, como se fosse algo muito natural um juiz da mais alta corte do país acusar outro de cometer crime ou de ser parcial em seus julgamentos. Todos parecem conviver bem naquele ambiente. Há evidência maior da podridão das instituições que conduziram o golpe?

Alckmin quer aplicar em SP teto de gastos

Copiando a PEC de Temer, governador encontra resistência dos servidores

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) enviou Projeto de Lei (PL) 920/2017, para que autorizar o Poder Executivo a adotar medidas para renegociar a dívida bilionária com o Governo Federal, e para isso adotar limite de gastos públicos por dois anos, de modo que o Governo só possa corrigir as despesas com a inflação do ano anterior. A medida é igual a Emenda Constitucional 95 do Temer 3% que congela os gastos federais por 20 anos.

O governo queria que o PL tramitasse em regime de urgência, mas a pressão do funcionalismo estadual, que lotou a Assembleia Legislativa (Alesp) e exige a retirada do PL, fez o governador recuar e fazer a tramitação regular. Até o líder do PSDB na Alesp, deputado Barros Munhoz atacou: “É a maior burrice que já vi na minha vida. Um verdadeiro tapa na cara de quem já está sofrendo há três anos sem aumento de salário”, ou seja, o governo já vem congelando mesmo, para que se desgastar?

Em defesa dos servidores e dos serviços públicos

No dia 27 de outubro, em frente ao escritório da Presidência golpista na avenida Paulista, foi realizado um ato unificado dos servidores municipais, estaduais e federais e empresas estatais e criado o Fórum do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo.

O ato contou com várias entidades da CUT e demais centrais, de várias cidades do estado e categorias.

O presidente da CUT SP, Douglas Izzo destacou que: “O que esse governo joga para a população de São Paulo é a desvalorização do conjunto dos servidores públicos. E isso está expresso no fechamento de escolas, na falta de segurança pública, na saúde e em outras áreas”.

O Fórum do Funcionalismo manterá o calendário de mobilização e a APEOESP (sindicato dos professores da rede estadual) já aprovou o dia 10 de novembro como novo ato contra esse PL nefasto.

João B. Gomes

Justiça impede show de Caetano Veloso

Na ocupação do MTST o evento seria à véspera da marcha ao palácio do governo de SP



Marcha do MTST obriga governo a negociar

Em 30 de outubro, uma juizeca da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, Ida Inês Del Cid, com uma justificativa em tom de descarada chacota, impediu a realização de um show de Caetano Veloso na ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Bernardo. “Não há estrutura para shows, ainda mais, de artista tão querido pelo público, por interpretar canções lindíssimas, com voz inigualável”, disse, e estipulou uma multa de 500 mil reais caso o show se realizasse. O prefeito da cidade, Orlando Morando (PSDB) mandou a Guarda Municipal bloquear a entrada da ocupação para impedir a entrada da aparelhagem de som.

Segundo a Folha de S. Paulo, por “suspeita de favorecer pessoas apontadas como integrantes da facção criminosa

PCC (Primeiro Comando da Capital), a juíza Ida Inês Del Cid, da 2ª Vara de Mauá (ABC), foi afastada do cargo ontem” (22/06/2007), como lembra o blog de Paulo Henrique Amorin. Mais uma expressão da excrescência que habita o Judiciário brasileiro.

O show em solidariedade à ocupação que reúne 8 mil famílias, ocorreria após a assembleia do movimento para organizar uma marcha, no dia seguinte, ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista.

“Dá a impressão de que não é um ambiente propriamente democrático. É a primeira vez que sou impedido de cantar no período democrático”, disse Caetano Veloso após sair da ocupação (Rede Brasil Atual). Tempos tenebrosos, nada democráticos, num país comandado pelas máfias golpistas.

Rumo à 9ª Conferência Mundial Aberta em Argel

Delegações de mais de 50 países estarão reunidas entre 8 e 10 de dezembro

Estamos a cerca de um mês da instalação da 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) “Contra a Guerra e a Exploração” de iniciativa do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), que se dará em Argel, capital da Argélia, país do norte da África, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro.

Os desenvolvimentos recentes da situação da luta de classes no plano internacional justificam plenamente o esforço que significa reunir delegações vindas de cerca de 60 países de todos os continentes para debater como enfrentar de maneira unificada os desafios que se colocam para as organizações dos trabalhadores e dos povos oprimidos diante de uma ofensiva destruidora do imperialismo mundial.

Como dizia a Declaração da Coordenação do AcIT adotada após a sua reunião em Paris de 9 e 10 de setembro passado:

“Em todos os continentes, a ofensiva de destruição das conquistas operárias e democráticas, de desintegração dos estados nacionais, as guerras em curso, a elevação das tensões no mundo, haja vista as ameaças de Trump nas duas

últimas semanas contra a Venezuela e a Coreia do Norte, nunca foram tão grandes.

A 9ª CMA adquire assim uma importância peculiar porque os combates de resistência em todos os continentes precisam mais do que nunca fazer as primeiras análises, trocar as experiências, discutir as vias e os meios de superar os obstáculos que encontramos e fazer convergir todas essas discussões para ajudar os trabalhadores e os povos, sem pretender substituir nem se colocar em concorrência com partidos, sindicatos, associações ou qualquer agrupamento que seja: esse é o quadro estabelecido pelo chamado à 9ª CMA.” (ver coluna ao lado)

A delegação brasileira

Em nosso país o chamado à CMA de Argel foi endossado por dezenas de companheiros e companheiras comprometidos com a luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, em defesa da democracia e da soberania nacional, atualizada pelo golpe que derrubou a presidente Dilma e levou o usurpador Temer ao poder no ano passado e que continua.

Parlamentares, sindicalistas, militantes do movimento popular, dirigentes e quadros partidários, em particular do PT, ao aderir ao chamado, criaram uma base ampla para a conformação de uma delegação brasileira ao evento.

Nela está prevista a participação, até o momento, de Luís Eduardo Greenhalgh, secretário adjunto de relações internacionais do PT; Paulo Farias, dirigente da CUT-RS; do deputado federal Vicentinho (PT-SP); da deputada federal Érika Kokai (PT-DF); de Ariovaldo de Camargo, secretário adjunto de relações internacionais da CUT; dos dirigentes da CONDSEF (Confederação dos servidores federais filiada à CUT) Edvaldo Pitanga e Juran-dir Liberal; dos membros do Diálogo e Ação Petista (DAP), André de Sena, Markus Sokol e Misa Boito, além do membro brasileiro da coordenação do AcIT, Julio Turra, dirigente da CUT.

Nesta reta final de preparação da conferência de Argel, os organizadores solicitam contribuições financeiras de todos e todas que se identificam com os seus objetivos para o fundo solidário criado para ajudar no financiamento de delegações de países ou organizações que combatem em condições difíceis que lhes impede autofinanciar-se, como é a regra geral (veja nesta página como contribuir).

Uma conferência internacional de combate à política de guerra e exploração do imperialismo em 2017, não deixa de ser também um tributo ao centenário da Revolução Russa que se comemora neste ano.

Julio Turra

FUNDO COMUM DA CONFERÊNCIA

Caros companheiros e companheiras

Estamos na reta final da preparação da 9ª Conferência Mundial Aberta “Contra a Guerra e a Exploração”, organizada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), que se realizará em Argel entre os dias 8 e 10 de dezembro próximo.

Nestes dois meses que nos separam do evento – que já conta com apoios em mais de 60 países, cujas delegações já estão se organizando – é preciso reforçar o Fundo de Solidariedade criado pela Coordenação da Conferência que visa garantir a presença de delegados(as) de países ou organizações que não reúnam recursos materiais suficientes para o seu autofinanciamento (que é a regra geral para a conferência). Recorde-se que a estadia e a alimentação durante os dias do evento estão asseguradas pelo Partido dos Trabalhadores da Argélia, anfitrião da conferência. Trata-se portanto de ajudar a financiar passagens aéreas e despesas durante a viagem.

Aqui no Brasil também estamos finalizando a montagem de nossa delegação, pois a data para a inscrição da mesma é no próximo dia 31 de outubro.

Contamos com a contribuição financeira solidária de todos e todas que consideram importante a realização dessa conferência com a participação de todos delegados e delegadas designados por suas respectivas organizações.

São Paulo, 16 de outubro de 2017.

Saudações internacionalistas

Julio Turra

Membro da Coordenação da 9ª CMA de Argel

Acit
acordo internacional dos trabalhadores e dos povos

Convocação 9ª Conferência Mundial Aberta

Nós, militantes operários, sindicalistas, militantes anti-imperialistas, de acordo com toda ou parte desta declaração, consideramos que os problemas colocados estão no coração das preocupações de todo o movimento operário para resistir e agir em defesa da classe operária, das organizações independentes e das nações oprimidas. Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e anti-imperialista?

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha?

Para debater e encontrar soluções sobre essas bases comuns, assumimos a responsabilidade de convidá-los a participar na conferência mundial aberta de iniciativa do AcIT.

Eu apoio a preparação da CMA (8 a 10 de dezembro de 2017, Argel)

(assinatura)
Nome:
Endereço:
E-mail:

Contribuição financeira de:

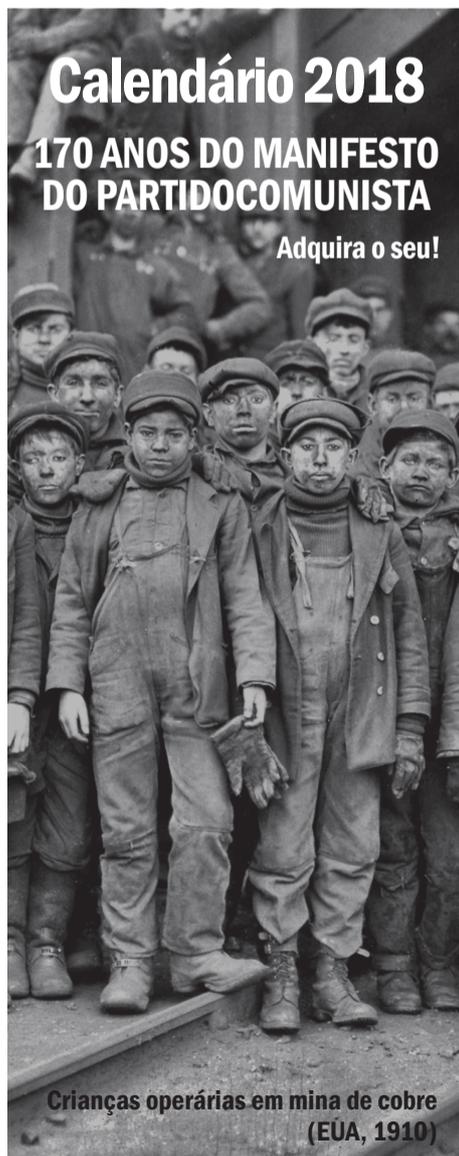
R\$ 50 R\$ 200 R\$ 500

Contatos:

no Brasil - julioturra@cut.org.br
com o AcIT - eit.ilc@fr.oleane.com

Apoio Financeiro:

Depósito em Bradesco,
Agência 421
Conta corrente: 39 784 - 9



Calendário 2018

170 ANOS DO MANIFESTO DO PARTIDOCOMUNISTA

Adquira o seu!

Crianças operárias em mina de cobre (EUA, 1910)

Venezuela: dar respostas aos problemas econômicos

Não há mais desculpa para não se atacar especulação e desabastecimento

A resistência do povo trabalhador aos ataques do imperialismo e seus aliados foi o que permitiu as vitórias políticas da eleição e instalação da Assembleia Nacional Constituinte e, em 15 de outubro, o triunfo nas eleições para governadores.

Assim foi dada uma nova oportunidade ao governo Maduro para que adote medidas que superem suas próprias falhas, em particular no terreno econômico. O que implica assumir riscos e desafiar grupos e setores influentes. Mas, não há mais desculpa para não dar respostas aos problemas econômicos que açoitam o povo trabalhador.

Final, o chavismo dispõe de 18 governos estaduais (dos 23), de 545 constituintes, 260 prefeitos, 35 ministros, um poder eleitoral que garante a democracia, uma procuradoria que combate a corrupção, além de beneficiar-se da derrota e implosão da MUD (coalizão opositora).

Cruzada contra a especulação

A situação econômica piora de forma diária e acelerada. É um fato indiscutível que é debatido publicamente pelo chamado “chavismo de rua”.

O sindicalista e constituinte Francisco García declarou ser inadiável uma cruzada contra a especulação e o alto custo de vida que está asfixiando o

povo. Como dirigente da Central Bolivariana e Socialista dos Trabalhadores (CBST), García indicou que o aumento nos preços dos produtos básicos já pulverizou os aumentos recentes de salário e vale-alimentação, sendo a inflação um mecanismo que favorece os empresários às custas de sacrifícios para os trabalhadores.

As pessoas multiplicam mensagens à Constituinte exigindo atuação contra a onda de aumentos de preços ocorrida nesses dias. Enquanto isso a Lei de Abastecimento Soberano e Preços Acordados (“Lei do Plano 50”), que protege os produtos básicos, ainda não chegou na Comissão de Economia da Constituinte!

Sim, as respostas são inadiáveis. O Coletivo Trabalho e Juventude vem apontando uma série de medidas emergenciais que deveriam ser tomadas pelo governo e a Constituinte para enfrentar essa situação:

Dívida externa e inflação

Auditar a dívida pública, investigar casos fraudulentos; analisar os termos de refinanciamento ou renegociação da dívida, suspender o pagamento em alguns casos, moratória em outros. O que é certo é que não se pode seguir pagando os credores da dívida enquanto faltam dólares para a importação

de produtos básicos e medicamentos num cenário em que os Estados Unidos querem afundar o país no caos econômico.

A inflação especulativa se relaciona com o dólar paralelo e ilegal, cuja alta faz parte de uma política articulada entre os governos da Colômbia e dos EUA a partir da economia mafiosa da fronteira, lavagem de dinheiro, contrabando e outras manobras. Casas de câmbio na fronteira com a Colômbia se converteram em canal para fuga de dólares do país. Além da fiscalização severa, é preciso abaixar os preços com uma lei de controle operário e popular de toda a cadeia produtiva, que elimine os monopólios privados de produção e distribuição e exproprie os especuladores.

Tributar os ricos e outras medidas

Jogar o peso dos impostos nos grandes capitais com um regime tributário progressivo que taxe ganhos especulativos, consumo de luxo, lucros exorbitantes e bens de capital e terras ociosas. Paralelamente, diminuir progressivamente o imposto sobre o consumo popular.

Outras medidas seriam: um preço



Assembleia Constituinte recebe mensagens exigindo medidas contra aumento de preços

equilibrado para a gasolina (que é a mais barata do mundo) com subsídio para o transporte público de massa em mãos do Estado; gestão eficaz e com participação dos trabalhadores das empresas estatais e terras recuperadas; nacionalização dos bancos e do sistema financeiro; nacionalização do comércio exterior, com controle centralizado pelo Estado sobre as importações.

Pensamos que essas e outras propostas devem fazer parte de um debate nacional que deságue em decisões concretas da Assembleia Constituinte, ao mesmo tempo que a mobilização popular continue para combater a especulação o desabastecimento. Não há tempo a perder e nem desculpas a dar!

Alberto Salcedo, de Maracaibo

Por dentro do congresso do Partido Trabalhista britânico

“Labour” se inclina para a esquerda e é favorito em eleições no Reino Unido

Realizado entre 24 e 27 de setembro, o congresso do Partido Trabalhista (Labour Party) – o mais antigo partido socialdemocrata do mundo, ligado desde a origem aos sindicatos britânicos – registrou muitas novidades. A começar pelo número de 1.200 delegados, o maior em 30 anos, dos quais cerca de mil participavam pela primeira vez, pois entraram no partido por causa da mudança na sua direção com a liderança de Jeremy Corbyn.

O atual favoritismo do Labour para novas eleições diante da crise do governo de Theresa May do Partido Conservador, desmente o discurso de “direitização” do povo feito por dirigentes da “esquerda oficial”, para ocultar sua responsabilidade por desastres eleitorais como os do Partido Socialista (PS) na França ou do Partido Social Democrata (SPD) na Alemanha.

A derrota da cúpula dos conservado-

res e do setor de direita do Labour no referendo de saída da União Europeia, o chamado “Brexit”, agudizou a crise política e econômica no Reino Unido. Foi sob esse pano de fundo que se deu o congresso trabalhista.

O que pensa a base trabalhista?

Ouvidos durante o congresso, dois delegados do comitê de Brent, membros da ala esquerda do partido e apoiadores de Jeremy Corbyn, Emma Taite e Graham Durham, afirmaram que, pela primeira vez em 25 anos, a maioria dos delegados era de sensibilidade “socialista”.

O que se confirmou no voto sobre as moções que seriam discutidas: aquela apresentada pela ala direita do Labour, que se opunha à saída da União Europeia (o “Brexit”), defendia o mercado comum e a união aduaneira, não obteve votos suficientes para ser discu-

tida. A adotada foi uma declaração do Comitê executivo do partido em favor de um acordo de livre-comércio com a UE, depois do “Brexit”.

Segundo Durham, o principal desafio do congresso seria o de “apoiar a ação dos sindicatos contra o congelamento de salários no setor público”, lembrando o “caráter único de nosso partido de representar quase todos os sindicatos”, além de “manter a pressão para forçar a demissão de May (a 1ª ministra), o quanto antes melhor”.

Já para Emma Taite, “um dos pontos essenciais é combater os efeitos da austeridade, é daí que vem a força dos sindicatos e do Labour Party. As pessoas veem que isso é injusto, provoca sofrimento, o que é difícil para os conservadores e a direita negarem após sete anos de bloqueio dos salários”, coincidindo com Durham que os conservadores não podem seguir no

governo, ainda mais com as pesquisas colocando os trabalhistas quatro pontos na sua frente.

Mudanças no partido

O congresso, sob a pressão da ala esquerda de Jeremy Corbyn e John McDonnell, que afirmaram claramente que apoiavam as ações sindicais contra o congelamento de salários no setor público, adotou mudanças nas regras de composição das instâncias partidárias.

O comitê executivo nacional, teve mudanças que reduzem o peso dos deputados e da direção. Também foi adotada a diminuição de 15% dos deputados para 10%, para a apresentação de candidatos à direção do partido no congresso.

Correspondente do “Labour News”

Espanha: pelo direito do povo catalão decidir!

Em defesa da república, contra o artigo 155 da constituição monárquica

Em 27 de outubro, o parlamento da Catalunha aprovou a Declaração Unilateral de Independência (DUI), contrariando a posição de diversos setores da classe operária, como as centrais sindicais CCOO e UGT, que pediam uma solução política, negociada.

Imediatamente, com apoio da direção do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), o governo central da Espanha, de Rajoy, obteve autorização do Senado para aplicar o artigo 155 da constituição monárquica, de 1978, e intervir brutalmente na Catalunha, destituindo o governo autônomo de Puigdemont, dissolvendo o parlamento eleito pelo povo catalão e convocando eleições para 21 de dezembro.

Numa chantagem contra o povo catalão (como já havia acontecido em 1936) a burguesia age para desmantelar a economia regional. Desde o início da crise, 1.700 empresas, cerca de 40% do Produto Interno Bruto da Catalunha e a metade de suas exportações, saíram da região.

Segundo a imprensa, o rei da Espanha teria feito contato com a Volkswagen para pressionar por sua saída. A monarquia e suas instituições estão dispostas a tudo para quebrar o povo catalão e colocá-lo contra os outros povos.

Diante disso, o governo independentista catalão não somente demonstrou sua impotência, como respondeu, através do então vice-presidente, Oriol Junqueras, que: "Nós respeitamos a liberdade de empresa" (20 de outubro, radio Catalunya). Esse mesmo governo catalão, quando estava em funções, decidiu que as horas da jornada de greve de 3 de outubro, que ele decretou e prometeu pagar, deveriam ser compensadas, provocando indignação dos sindicatos.

No entanto, ninguém que defende o movimento operário pode alegar que se trata de um enfrentamento entre a "direita catalã" e a "direita espanhola" e, assim, fechar os olhos à ofensiva do estado espanhol contra a Catalunha.

Pois o ataque do governo Rajoy às

instituições e ao povo da Catalunha prepara as condições para esmagar o conjunto dos trabalhadores espanhóis, de todas as nacionalidades, impondo novos ataques exigidos pelo capital financeiro e União Europeia (UE), como uma nova contrarreforma trabalhista e novo corte nos benefícios previdenciários.

A DUI não é uma saída favorável ao povo catalão

A decisão do governo catalão de adotar a DUI não favorece o povo catalão e nem ao conjunto dos trabalhadores e povos da Espanha. A classe operária da Espanha, com suas várias nacionalidades, constitui uma só e única classe, com as mesmas tradições, as mesmas organizações e as mesmas conquistas.

A imensa maioria desses trabalhadores está tomada de angústia pela situação, pois rejeita a política anti-operária e repressiva do governo Rajoy e, ao mesmo tempo, não confiava no governo destituído da Catalunha, de Puigdemont, que aplicava essa mesma política antissocial.

Os sindicatos da Catalunha defenderam uma linha de rechaço à repressão, pela liberdade dos presos, de rejeição à intervenção na Catalunha (contra o artigo 155) e se opuseram à DUI. Porém, não deram nenhum passo para defender essa política de maneira independente.

Abriu-se, assim, um vazio que deixou os trabalhadores desorganizados. Nesse vazio, a monarquia e o aparelho do Estado espanhol se reorganizam e agravam a repressão, semeando uma grande incerteza entre os povos da Espanha, em particular o povo catalão.

Em 30 de outubro, o procurador geral do estado espanhol abriu processo criminal contra Puigdemont e outros dirigentes do governo catalão destituído, sem pedir prisão, e eles se refugiaram na Bélgica.

Com toda evidência, a "justiça" da monarquia não hesita em aplicar as leis repressivas contra os que transgrediram sua constituição monárquica.



Madri, 22 de outubro: "Madri e Catalunha pela República, não ao artigo 155" diz a faixa

Mas, no momento em que uma grande parte do povo catalão partidário da independência esperava um chamado à mobilização, a única resposta foi o apelo para votar nas eleições convocadas para 21 de dezembro.

Um grande desalento toma conta de amplas parcelas da população catalã. O que o povo catalão pode esperar das autoridades da UE ou do governo belga? As centenas de milhares que enfrentaram a repressão do regime franquista indo votar dia 1o. de outubro, podem se refugiar em outro país?

Só o movimento operário pode abrir uma saída

Somente a aliança dos trabalhadores com suas organizações e os povos, em defesa das reivindicações comuns a todos, em defesa da democracia, podem frear a ofensiva de Rajoy.

A saída só pode ser encontrada com a união indissolúvel das reivindicações sociais dos trabalhadores – como a defesa da legislação trabalhista e das aposentadorias – com as reivindicações democráticas, entre elas o direito à autodeterminação. É essa união que dá conteúdo à luta pela República, pela

abolição da monarquia.

Desses acontecimentos de outubro os trabalhadores de vanguarda, os militantes das organizações operárias e populares de todo o país já podem tirar duas conclusões. Há um inimigo comum: a monarquia e suas instituições, encabeçadas pelo governo Rajoy; mesmo que esse governo dependa do aval da direção do PSOE, está claro sua matriz franquista a serviço dos bancos, dos grandes capitais, que não hesitam a se deslocalizar. E também que para conquistar o direito do povo catalão decidir livremente, para que possa constituir por si mesmo uma república livre e soberana, que possa se federar em igualdade de condições com os outros povos da Espanha, é necessário, mais do que nunca, a aliança de todos os trabalhadores de todas as nacionalidades – que formam uma única classe operária – com todos os povos, num combate comum no qual o povo catalão está chamado a assumir a vanguarda; é nesse combate que os militantes mais determinados poderão se reagrupar para abrir a via à República.

Correspondente

A CONSTITUIÇÃO E O ARTIGO 155

O Estado espanhol não é uma nação, mas a composição de diferentes povos, todos oprimidos pela Monarquia, guardiã das instituições franquistas. Entre esses povos estão as chamadas "nacionalidades históricas", o País Basco, a Galícia e a Catalunha.

A atual constituição redigida sob tutela militar após a morte de Franco, dá enormes poderes ao rei. É ele que "sanciona e promulga as leis, convoca e dissolve o congresso de deputados, convoca os referendos, propõe o candidato à presidência do governo".

O artigo 155 desta Constituição prevê que se uma comunidade autônoma (região) não cumprir as obrigações que a Constituição ou outra lei lhe imponha o governo pode, com aprovação do Senado tomar as medidas "necessárias para obrigá-lo ao cumprimento forçado de tais obrigações" ou para proteger o interesse geral mencionado.

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br